

CARTA ROGATÓRIA Nº 13.948 - UY (2018/0249424-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : JUZGADO DE PAZ DEPARTAMENTAL DE BELLA UNION
INTERES. : DIULIANO DA ROSA SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTERIO DA JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça uruguaia solicita que se proceda à intimação de DIULIANO DA ROSA SANTOS para constituição de domicílio naquela jurisdição (Processo Aduaneiro de Providência n. 1.571/2018), segundo o texto rogatório.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 29-30. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 31).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur* (fls. 37-35).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 37).

É o relatório. Decido.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente